

A César o que é de César: disputas na gestação da cultura histórica do Brasil oitocentista

Luciana Fernandes Boeira*

Estamos no século XIX, século sem poesia, pobre e muito pobre de mistérios, mas rico e muito rico de fatos reais e explicáveis [...]. Enfim, é tudo realidades; não é nossa era a era do novelista nem do poeta.

José Antônio do Valle Caldre e Fião¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a gestação da cultura histórica brasileira no período imperial, particularmente em sua relação com a disputa pelo passado da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1860 e 1863, o caso do pedido de filiação de uma nova instituição dedicada à sua história, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), provocou reações dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), grande responsável pela produção da história do país. Por meio do acompanhamento desse episódio que envolveu intelectuais atuantes no IHGB e no IHGPSP, o trabalho pretende dar a conhecer um pouco do intrincado processo de forjamento de uma cultura nacional no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Cultura histórica. IHGB. IHGPSP.

Em 1838, em uma assembleia geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), criava-se no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), associação letrada que seria responsável, no século XIX, pela gestação de uma cultura histórica brasileira.² Compromissado em oferecer ao Brasil um discurso histórico próprio que o mostrasse como uma unidade política indivisa e de princípios unificadores nacionais, o IHGB surgia em um período delicado de constituição do Estado-nação brasileiro, que tentava se consolidar como um todo coerente em meio às lutas provinciais que assolavam o Império – sobretudo Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Revolução Farroupilha. Era necessário à elite letrada que compunha o IHGB afirmar a identidade, as origens

* Mestra em História pela UFRGS.

Recebido em 27/03/2012 - Aprovado em 17/05/2012

e a “essência” nacional, pois o objetivo era apresentar o Brasil como uma jovem e civilizada nação, pitoresca e territorialmente coesa.³

Além disso, no Brasil, da passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, não só se fazia necessário defender a indivisibilidade do território em relação às ameaças de desintegração interna oriundas das revoltas provinciais, como também se buscava resguardar o país dos temores separatistas externos, especialmente daqueles provenientes do espaço fronteiriço platino.⁴ Portanto, um trabalho de desqualificação das províncias como meras circunscrições territoriais conduziria a um simultâneo descrédito da ação política dessas regiões, o que, ao mesmo tempo, realçava a administração imperial, reservando tudo à Coroa, centro aglutinador para onde deveriam convergir todos os interesses do Império. E, em meio a tantas crises institucionais a agitarem o país, o IHGB nasceu como o local por excelência onde foi tramada, segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995), a “memória nacional” brasileira. De acordo com a autora, não é possível buscar outra interpretação para o projeto de memória que se desenvolveu no IHGB sem articulá-lo aos propósitos políticos dos fundadores da associação.

Em seu programa e estatutos iniciais, o IHGB deixava clara uma intenção: ramificar-se pelas províncias, expandindo suas luzes para todos os pontos que compunham o Brasil.⁵ Desse modo, fazia parte de suas pretensões manter relações de troca com instituições semelhantes do

país e do exterior. No que concerne a possíveis relações com associações provinciais congêneres, o objetivo era canalizar todas as informações colhidas nas diferentes regiões para o Rio de Janeiro. Todavia, a observação desse importante quesito por muito tempo ficaria esquecida, tanto que a primeira experiência bem-sucedida de concepção de uma filial local do instituto em solo brasileiro dar-se-ia somente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), fundado em Porto Alegre no ano de 1860.

No Rio Grande do Sul, a criação de um instituto local deu início a uma inovadora experiência historiográfica na província, tomada, até então, como uma região de tradição guerreira e conhecida tão somente pelo sucesso alcançado no campo das armas, em detrimento de um maior desenvolvimento no terreno das letras. Porém, a partir do surgimento do IHGPSP, tornou-se público um lado pouco explorado a respeito do Rio Grande: seu desejo de contribuir para a produção intelectual que alimentava o forjamento de uma cultura genuinamente brasileira e cuja cena tinha sido, até aquele momento, dominada pela intelectualidade que compunha o IHGB. Assim, ao buscar espaços nesse cenário, o novo instituto utilizou como estratégia de inserção o prestígio de dois literatos rio-grandenses envolvidos em sua criação e que possuíam algum destaque nacional no campo das letras: Caldre e Fião e Pereira Coruja, este último também associado ao IHGB. Principais incentivadores do desenvolvimento cultural que o Rio Grande alcançaria naquele período, o acompanha-

mento de episódios de suas trajetórias junto ao IHGPSP e ao IHGB mostra as dificuldades que moldavam a participação de intelectuais de regiões periféricas na trama de constituição da literatura nacional. Ajuda a compreender, ainda, o significado e as tensões que se sentiram especificamente com a introdução da região meridional no projeto mais amplo de edificação de uma história da nação brasileira via IHGB.

Pereira Coruja no IHGB: um divulgador do Rio Grande do Sul na corte

Em 1837, em meio às convulsões decorrentes da Revolução Farroupilha (1835-1845), o professor Antônio Álvares Pereira Coruja deixava, aos 31 anos, sua terra natal, Porto Alegre, rumo ao Rio de Janeiro. Em pouco tempo Coruja se tornaria sócio do Instituto Brasileiro e ganharia certo prestígio nacional como um dos mais respeitados letrados sulinos a atuar na corte.⁶ No início da década de 1860, gozando de posição confortável no seio do IHGB e com o intuito de ajudar na divulgação de sua pátria local no centro do país, foi ele o grande responsável por negociar o aceite, por parte do instituto nacional, do então recém-criado IHGPSP. Uma tarefa que não foi, como se verá aqui, fácil de ser cumprida, já que a recepção do IHGB ao pedido de filiação do instituto rio-grandense foi bastante cautelosa.

Em 1860, Coruja parecia ser o nome ideal para dar suporte ao IHGPSP e negociar o reconhecimento da nova associação junto ao IHGB. O literato vivia na capital

fluminense havia 23 anos e construía, ao longo desse tempo, uma sólida carreira como professor. Dedicado ao magistério desde o começo de sua trajetória profissional, iniciada em Porto Alegre, Coruja fundou, no Rio de Janeiro, escolas (como o Liceu Minerva, criado em 1840), participou de agremiações literárias, como a Sociedade Imperial Amante da Instrução e se destacou, ainda, como autor de livros didáticos e obras de história, filologia e gramática.⁷ Para Klein,⁸ foi particularmente por causa de seus livros didáticos que Coruja se tornou conhecido no Rio, principal ambiente cultural do país. Seu livro de estreia em solo carioca, *Manual dos estudantes de latim*, fora, inclusive, adotado no mais importante estabelecimento de ensino da corte, o Colégio Pedro II. Paralelamente à sua atuação nas academias literárias fluminenses, Coruja passou boa parte da vida dando aulas. Porém, foi por seu constante e dedicado trabalho junto ao IHGB, de onde foi sócio e colaborador desde os primeiros tempos da instituição – Coruja se tornou associado da agremiação em 1839, um ano após a fundação da mesma –, que o sul-rio-grandense ganharia notoriedade e passaria a integrar o seletivo círculo de letrados que circundava o imperador. Segundo Klein,

no IHGB, Coruja pôde alimentar sua veia política e consolidar a postura do cidadão intelectual, cujo ideal de dignidade era a participação nos problemas sociais do país, sem que, obrigatoriamente, isto significasse uma atuação partidária.⁹

Aliás, a atuação político-partidária de Coruja ficou para trás quando este dei-

xou Porto Alegre. Em 1827, o rapaz nascido em família humilde se formou professor de primeiras letras e, na década seguinte, além de ingressar na maçonaria, entrou para a política, candidatando-se a deputado para as eleições da primeira Assembleia Legislativa provincial e se tornou deputado em 1835.¹⁰ Em meio às convulsões decorrentes da eclosão da Guerra Civil Farroupilha, Coruja apoiou a substituição do presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, pelo vice, o rebelde Marciano José Pereira Ribeiro.¹¹ Quando as forças legalistas retomaram o controle da capital, Coruja foi preso em um quartel e com outros 35 deputados levado ao navio-presídio Presiganga e, depois, ao Rio de Janeiro, com vistas a realizar uma retratação forçada junto ao governo imperial.¹² Foi aí que o literato abandonou a política e se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Porto Alegre, todavia, permaneceria uma presença constante no horizonte de expectativas do literato, tanto é que, mesmo morando na corte, Coruja teria colaborado como jornalista nos jornais rio-grandenses *Argos*, entre as décadas de 1840 e 1850, *Porto-Alegrense*, em 1847 e *Mercantil*, entre 1850 e 1858. Além disso, e a despeito das inúmeras crônicas sobre Porto Alegre que Coruja produzira nos anos finais de sua vida, o literato sempre procurou divulgar o Rio Grande nas páginas da *Revista do IHGB*, como na ocasião em que publicou no periódico sua *Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), obra na qual dava a conhecer vocábulos próprios do sul e que não eram familiares

às demais províncias da corte. Para Lazzari¹³, tal contribuição de Coruja à *Revista do IHGB* tinha um caráter extremamente original, visto ser bastante diversa dos trabalhos tradicionalmente publicados no periódico e que se constituíam, basicamente, por ensaios, estudos biográficos e memórias históricas ou, ainda, por estudos linguísticos a respeito da língua tupi e de palavras indígenas e africanas incorporadas à língua portuguesa. De acordo com o autor, Pereira Coruja “coerentemente escolhia a língua comum como um importante elemento formador da nacionalidade”.¹⁴

Após a publicação desse trabalho, o prestígio do literato junto à agremiação foi largamente ampliado e, talvez, tenha preparado o terreno para que Coruja trabalhasse tão enfaticamente no episódio do pedido de filiação que o IHGPSP fizera ao IHGB nos idos de 1860. Naquele ano, como parte de suas estratégias de barganha de prestígio, o recém-criado instituto regional convocou uma assembleia geral para que fosse requerida a filiação ao IHGB. Como convidado mais ilustre a participar da sessão, estava Coruja, que foi nomeado, na ocasião, sócio-correspondente do IHGPSP no Rio de Janeiro. Por sua destacada contribuição cultural e seu papel como “embaixador intelectual” rio-grandense no Rio de Janeiro, Lazzari acredita que “não poderia ser outro, naquele momento, tanto o representante da Corte na fundação do IHGPSP como a voz da província junto às solenidades imperiais”.¹⁵

Para o IHGPSP obter o aval do IHGB era de vital importância, a fim de consolidar-se. Por isso, a filiação ao IHGB re-

presentava muito mais que uma forma de dar visibilidade à província sulina junto ao centro do país: era também uma garantia de que o Rio Grande do Sul, através do registro dos feitos e ações da história, teria assegurada e reconhecida sua colaboração para a formação da nação e do tipo nacional brasileiro que se construía no país:

A união para a inventividade do tipo brasileiro era, pois, um imperativo que deveria ser observado pelos missionários das letras [...]. Era fundamental à Província de São Pedro civilizar-se, acompanhando o movimento nacional de progresso econômico e industrial. Em uma palavra, era necessário conceder a esse Rio Grande a tão acalentada *autonomia*.¹⁶

As questões envolvidas em torno da criação da associação regional entusiasmaram imediatamente dois literatos rio-grandenses atuantes na associação nacional: Coruja e o senador do Império Cândido Baptista de Oliveira, também prontamente convidado a associar-se ao novo instituto.¹⁷ Não animou, porém, o IHGB, visto que o IHGSPSP encontrou dificuldades em obter o reconhecimento da associação nacional. Naquela década de 1860, embora o país estivesse pacificado já havia uma década e a Guerra Civil Farroupilha tivesse terminado havia já 15 anos, rumores de secessão interna ainda mexiam com o imaginário das lideranças nacionais. Para o IHGB, rememorar os conflitos armados que ameaçaram a soberania brasileira se constituía em um problema e, como se verá a seguir, esse ponto parece ter sido levado em consideração nos julgamentos envolvidos em torno do processo de reconhecimento do IGHPSP. Igualmente, a extensão de

representações nas províncias significava a necessidade do IHGB de rever seus próprios estatutos, que não previam nenhum critério para o estabelecimento de filiais regionais ao órgão.

Como peça fundamental no intrincado jogo estabelecido para que a associação regional obtivesse o reconhecimento desejado e se tornasse a primeira filiada do IHGB em solo brasileiro, se encontrava Coruja. Justamente ele, que fora prisioneiro político por sua ligação com os farroupilhas, estava agora imbuído em ajudar uma associação regional que tencionava escrever a história da província.

As atas das reuniões e os relatórios produzidos pelo IHGB em 1860 trazem interessante material em que é possível acompanhar o demorado caminho percorrido desde o pedido de filiação até o aceite do IHGB. A primeira referência ao assunto se dá no relatório anual preparado pelo segundo secretário do IHGB na época, Caetano Alves de Souza Filgueiras, e que ali afirmava que o IHGB apreciara positivamente o pedido de filiação enviado à casa pelo IHGSPSP: “Apenas foi recebida a proposta a que me refiro, foi ela remetida à comissão de estatutos” (*Revista do IHGB*, 1860, p. 682-683). Embora as afirmativas do segundo secretário pudessem, a princípio, ser um sinal de que o processo de filiação era dado como certo, não foi o que de fato se observou. A apreciação do pedido dos rio-grandenses pela Comissão de Estatutos foi extremamente demorada e somente se concluiria em 1863.

Naquele ano de 1860, contudo, Pereira Coruja, já devidamente incumbido do

papel de sócio-correspondente do IHGPSP na corte, tentou usar de sua influência e interceder junto ao IHGB para que a solicitação fosse definida com rapidez, visando a cessar os anseios criados no IHGPSP com o silêncio imposto pelo IHGB após as primeiras manifestações aparentemente favoráveis à petição. Tanto foi assim em 14 de setembro de 1860, na décima sessão ordinária do IHGB, o literato leu um requerimento em que pedia resposta a respeito do pedido já formalizado pelo IHGPSP.¹⁸ Consta que desde a oitava sessão, realizada em 17 de agosto de 1860, havia ciência oficial, por parte do IHGB, do pedido de filiação.

Nem mesmo a publicação pela *Revista do IHGB*, ainda em 1860, de um trabalho extraído da própria *Revista do IHGPSP* e acrescido de notas elaboradas por Pereira Coruja resolveria, naquele ano, a questão da filiação pendente.¹⁹ Estranho fato, ainda mais se somado às considerações elaboradas no referido relatório anual para 1860, em que Filgueiras não deixava dúvidas que a filiação havia sido concedida à agremiação sulina, o que aparentemente resolvia a questão. Dizia o associado:

Deste modo, e alguém já o disse, a nossa associação exerce uma alta magistratura e, como a *Têmis da ordem intelectual*, ela dá a César o que é de César, e deixando cair a espada da reprovação, ou o manto, ela proclama o herói ou deixa empoeirar-se no esquecimento a alça humana que só vegetou um dia. Trocando dedicação por dedicação, auxílio por auxílio, apreço por apreço, *o Instituto sorri a todas as aspirações, aceita todos os concursos, e está sempre pronto para recompensar o talento que se acrisola no estudo, e que*

marcha sereno e resoluto para o horizonte misterioso da civilização infinita.

Que assim procede sempre que lhe em ao encontro a ocasião, provou-o ele no corrente ano social com os dois atos que passo a comemorar:

-aceitou a filiação que lhe propusera o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, e recebeu em seu grêmio cinco novos adeptos.

Apenas foi recebida a proposta a que me refiro, foi ela remetida à comissão, alcançando as imensas vantagens que resultam dessa filiação para ambos os Institutos, e sobretudo para as letras pátrias, traçou um bem elaborado e definido parecer, no qual promove com eloquentes razões o laço filial das duas associações a aprovação unânime do Instituto virá depois coroar o prudente conselho do nosso ilustre consócio.²⁰

Os acontecimentos seguintes confirmam que o IHGB, em seu posto de “Têmis intelectual” brasileira, não pareceu tão certo assim em julgar favoravelmente a proposição de sua coirmã do Sul. Contrariando o que o relatório de Filgueiras dava como certo, em maio de 1861, foi protocolado um novo pedido de por parte do IHGPSP, que até então não recebera do IHGB nenhuma manifestação oficial que confirmasse o aceite e muito menos que o comemorasse como categoricamente afirmava Filgueiras.

Na sessão de 31 de maio de 1861, para reforçar mais ainda a nova solicitação do IGHPSP, Coruja ofereceu ao IHGB os primeiros números da *Revista do IHGPSP*. E foi somente na terceira sessão ordinária ocorrida no mês de junho de 1861, quase um ano após o primeiro requerimento enviado pelo IHGPSP, que o IHGB, através

de sua Comissão de Estatutos, aprovou novos regulamentos que versavam sobre sociedades filiais e concedeu filiação ao IHGPSP por unanimidade. Era uma confirmação não só do entendimento de que era útil ao IHGB contar com braços locais, argumento que Filgueiras já esboçara enquanto relator, mas também uma reafirmação dos ditos do art. 2º, cap. 1º, dos estatutos originais do IHGB, cujas palavras apontavam justamente para a necessidade de ramificação do IHGB nas províncias do Império. Finalmente, o IHGB reconhecia de forma oficial que havia vantagens na filiação pretendida e suspendia quaisquer indícios de que haveria contradições entre a ação prática do IHGB e os estatutos que defendia. Aceito o IHGPSP a partir de 1861, cessava o mal-estar gerado em relação ao Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, regulavam-se os assuntos relativos a pedidos de filiação na “alta magistratura” exercida pelo instituto nacional.

A despeito da acomodação do assunto, uma indagação pode ser evocada a partir desse episódio: por que razão uma instituição do porte e prestígio do IHGB demorou tanto para apreciar o pedido de filiação de uma nova agremiação cultural que tentava se firmar no cenário nacional, já que a criação de associações letradas era estimulada no país? A hipótese de que era necessária uma comprovação de seis meses de atividades dessas filiais não pode ser considerada, visto que essa regra somente seria aprovada no IHGB em junho de 1861 e publicada em novembro daquele ano. Além disso, se fosse essa a provável explicação, no mínimo, faria ela parte das

atas como resposta às insistentes solicitações de Coruja, o que de fato não ocorre.

Acredito que uma resposta possível à questão anterior tenha relação direta com as tensões em torno da construção de uma cultura histórica particularmente rio-grandense no Brasil oitocentista. Nesse sentido, reside a opção aqui utilizada de examinar o preciso momento em que se deu a edificação de uma filial local do IHGB no Rio Grande e a atuação dos principais letrados que fizeram parte desse acontecimento. Por meio da disputa pelos direitos em torno da escrita da história, os grupos letrados do IHGPSP e do IHGB dela se utilizaram para “salvar do esquecimento” um passado rio-grandense caro a cada uma das duas instituições e do qual nenhuma delas queria abrir mão.

Para os rio-grandenses, a intenção de construir a história e preservar a memória dos grandes homens da província envolvia a defesa de uma postura idealizada do sulino como um soldado guardião de uma nação que nem sempre levou em conta seus sacrifícios. Para o IHGB, a manutenção do papel de divulgador e compilador dessa história sulina era uma das estratégias encontradas para preservar a pacificação de uma região problemática. Além disso, a disputa pelo passado rio-grandense, representada aqui pela maneira de tratar a história do Rio Grande através das matérias publicadas nessas duas revistas, também serve como reforço à hipótese de que na luta pela escrita da história sul-rio-grandense estava escondida uma batalha mais espinhosa: aquela que envolvia a necessidade de afirmação e construção de uma

identidade nacional *versus* a reafirmação de uma identidade própria local.

No que toca à mera competição em torno de qual seria a instituição reguladora da história rio-grandense, essa foi vencida pelo IHGB. Em que pese o prestígio de Pereira Coruja junto à corte e suas boas intenções em auxiliar o instituto regional a obter reconhecimento nacional, este não encontrou força política necessária para continuar atuante.²¹ Além disso, foi o próprio Império, e não o IHGB, quem colocaria um freio nos objetivos do IHGPSP, atendendo muito tarde à sua demanda de regularização de atividades. Somente no ano de 1863, pelo decreto nº 3.167, de 28 de outubro, que o Estado imperial autorizaria os trabalhos do instituto rio-grandense.

Findo, em Porto Alegre, o IHGPSP, Coruja seguiria atuando dentro do IHGB, especialmente desempenhando funções administrativas na casa (Coruja exerceu por mais de vinte anos a atividade de tesoureiro da agremiação). Embora tenha continuado por longo tempo a lecionar, sua obra intelectual sofreria uma baixa considerável nos anos subsequentes. Ainda na década de 1860, o literato criou a “Companhia de Seguros Feliz Lembrança”, logo fechada. Na década seguinte, seu envolvimento com negócios escusos o levou à bancarrota financeira.

Foi somente no final da vida que Coruja voltaria a dedicar atenção à produção literária, publicando, na década de 1880, obras de reminiscências, todas ligadas à província natal. Nesse sentido, me parece que a intenção do historiador em divulgar

o Rio Grande do Sul e inseri-lo como parte integrante da identidade nacional em formação ganhou novo fôlego e nova roupagem. Por meio da produção e da publicação de crônicas, o tema da memória passou a fazer parte de seu rol de preocupações, ligando-se, assim, à questão identitária que ele perseguiu no único trabalho de algum fôlego que ele publicara no IHGB, sua *Coletção de vocábulos*.

Para Klein, as “Antigualhas” de Coruja, além de trabalharem para que o literato pudesse lidar com os sentimentos de perda em relação ao tempo percorrido, corresponderiam “a uma consciência do passado como uma preocupação social do período”.²² Porém, a autora reitera que não havia na produção intelectual do letrado, principalmente em relação a essas crônicas da maturidade, grandes compromissos em relação ao passado ou à busca de objetivos maiores enquanto escritor.²³

Assim, embora Coruja possa não ser lembrado por uma produção intelectual decisiva na história da historiografia sulina, sua atuação como homem de letras e divulgador da Província de São Pedro na corte foi bastante relevante para a afirmação do Rio Grande do Sul como um espaço possível de formação e desenvolvimento de um nacionalismo literário brasileiro.

O ocaso do instituto rio-grandense: de quando as armas silenciam a pena

A consciência de que era indispensável criar um tipo nacional fez parte das pretensões do mundo letrado do Brasil oitocentista. Os literatos que se reuniam em

torno do IHGB trabalhavam em prol desse propósito desde 1838. Colocando-se em harmonia com tal necessidade, o IHGPSP, através de seu orador, o romântico José Antônio do Valle Caldre e Fião, assim afirmava em seu periódico:

Estamos nós, porém, com as habilitações necessárias para tratar deste grande trabalho de modo que faça proveito a pátria? Sobram-nos os desejos; o tempo dirá o resto. O INSTITUTO, senhores, não somos nós, é uma sociedade que se perpetua e que está à espera do concurso de todas as inteligências. O que descrever do que podemos, descreverá do que pode o tempo, do que pode a inteligência humana. Há hoje um ano, senhores, que preparamos o terreno em que devem brotar as flores das inteligências futuras: se o não temos bem feito é que somos maus obreiros, com a consciência disto e aguardando o concurso de outros melhores [...]. A união dos homens de letras de uma mesma pátria, e seu concurso, a sua comunicação direta, podem trazer a uniformidade nelas – o que se chama o tipo nacional que ainda não temos. Entre nós ainda outra vantagem, e é que documentos que de outra forma não poderíamos ter pode fornecer-nos essa ilustrada associação, que os têm em seus arquivos sem grande proveito.²⁴

Brasileiro e, claro, profundamente rio-grandense: esse era o homem que a associação desejava divulgar para o resto da nação. E, talvez, por isso mesmo, o projeto sulino de constituição de um instituto próprio tenha encontrado resistência para ser reconhecido e, como aponta Caldre e Fião, não pudesse fazer com que ele, na qualidade de orador no novo grupo, noticiasse, naquela primeira sessão aniversária do IHGPSP, a esperada concessão de filiação pelo IHGB.

Segundo o literato, uma das razões maiores para se defender a união entre as associações era justamente o fato de que por meio da colaboração entre ambas se contribuiria para a constituição do tipo nacional que se forjava no Império. E sublinha-se: no entender de Caldre e Fião, ao dar seu aval para o IHGPSP, o IHGB poderia continuar cooperando com a constituição e descobertas de material para a escrita da história do Rio Grande do Sul, mas estava “dispensado” de sua redação, pois agora havia quem isso fizesse com propriedade: os próprios rio-grandenses. Para ele, não haveria motivos para o IHGB negar admissão ao IHGPSP, pois

Não há perigos na acumulação das forças intelectuais de um povo como há nas administrativas de uma grande e vasta nação [...]. Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar um ponto luminoso que esclareça tudo na razão da sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o Instituto Histórico Brasileiro alguma *ideia perniciosa de centralização*, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular coisa alguma.²⁵

No entender do poeta, acumular forças intelectuais com vistas a construir o tipo nacional era um procedimento positivo, assim como o era fortalecer as inteligências do país. Por isso, sua orientação favorável à comunhão das forças intelectuais que frequentavam os dois institutos. Todavia, Caldre e Fião separava muito bem as coisas: ações de centralização administrativa eram posições rejeitadas tan-

to por ele quanto pelos seus companheiros do Liberal Progressismo, ao passo que somar forças intelectuais era louvável, e ele, inclusive, aconselhava aos demais associados que apoiassem a decisão do instituto rio-grandense de buscar se ligar ao IHGB.

Como se viu anteriormente, a campanha pela filiação prosseguiria incansavelmente até o reconhecimento do IHGB. O Império, porém, somente concedeu decreto reconhecendo o instituto rio-grandense quando este já estava em fins de se extinguir e seu principal líder, o barão de Porto Alegre, se encontrava envolvido com o mundo bélico, deixando a política e a vida intelectual em segundo e terceiro lugares: eram os primórdios da Guerra do Paraguai (1864-1870) e as forças militares do país se concentravam para enviar seus homens de armas para a luta. O barão, que fora por todos esses anos o líder máximo do Partido Liberal Progressista e o modelo de grande homem e herói militar rio-grandense que inspirava o IHGPSP, não mais estava disponível para concentrar suas energias em nome da construção de um trabalho cultural.

Sem uma direção intelectual e política firme, o instituto não mais se recuperaria. A Guerra do Paraguai, aliada à reorganização partidária que a província sofreria na década de 1860, levou a que a “luta” pela constituição da literatura rio-grandense sofresse novos revezes e, dessa forma, acabasse por dar uma grande vitória ao IHGB no que concerne à manutenção de sua hegemonia como lugar por excelência em que era escrita a história da província:

Junto ao desgaste de uma luta prolongada, veio a desilusão. Já não se podia impunemente “salvar do esquecimento” os atos bravos dos heróis militares da história brasileira, defensores de uma monarquia que mais do que nunca deixava de representar os desejos e aspirações da nova geração de homens de letras que despontava no cenário rio-grandense [...]. Inspirados pelo IHGB, os heróis militares do Instituto Histórico regional também precisaram “combater antes de escrever”, privilegiando a espada em detrimento das demais armas que possuíam. Renunciaram às penas e abdicaram dos escritos. Todavia, no derradeiro retorno do campo de batalha, já cansados, foi-lhes difícil demais retomar os trabalhos e reerguer a agremiação e, não conseguindo mais cumprir sua “missão”, tiveram que se retirar da luta travada em nome da escrita da história da pequena pátria. Deram, então, lugar a novos combatentes. Homens que renunciaram às armas em prol da literatura.²⁶

Esses “novos combatentes” constituíram a mocidade que se reuniu em torno do Partenon Literário (1868-1885), uma nova associação letrada que emergiu na Província de São Pedro e estava interessada em divulgá-la perante a nação, mas através da constituição de um saber puramente ligado ao mundo literário e, como pregavam os partenonistas, que não envolvesse a nova agremiação diretamente nas questões políticas que marcavam os destinos do Império e da província.²⁷ A partir desses pressupostos, outros foram os nomes envolvidos no processo de construção da literatura e, por extensão, da história provincial, como os de Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos e Luciana de Abreu. Agora, a nova associação apresentava pro-

pósitos bastante distintos do IHGPSP, e a história, assim como a geografia, atuava como coadjuvante de peso, sendo tomada como conhecimento de caráter auxiliar no projeto de constituição de uma literatura rio-grandense. Algumas figuras ligadas ao antigo instituto emprestariam seu prestígio ao Partenon, como foi o caso do experiente Caldre e Fião, que se juntou ao nascente grupo como expoente de destaque, recebendo o título de presidente de honra da casa. Sua imagem funcionava como um elo de ligação entre o antigo e o novo: de um lado, o passado heroico que a Província não poderia perder de vista e desejava narrar à posteridade; de outro, uma literatura genuinamente rio-grandense que se objetivava construir.²⁸

Mais uma vez, o Rio Grande do Sul queria ter seus valores intelectuais reconhecidos pelo país, mas o caminho utilizado para angariar esse reconhecimento não passava pela disputa em torno do controle da narrativa histórica. Abdicando de rivalizar com o IHGB, agora era por meio da literatura que o Rio Grande tentava penetrar no mundo letrado brasileiro e Caldre e Fião, apesar de estar em idade já avançada, não se furtou a participar da nova empreitada.

Velhos sonhos, novas formas de sonhar. Para homens como Caldre e Fião, a reunião de letrados em torno de uma causa justa, como era a fundação de uma associação literária, sempre serviria como mote inspirador, pois ações desse porte sustentavam uma crença maior pela qual valia à pena lutar: auxiliar na construção da história das nações:

Senhores, é porque a história resume tudo. Narrando a vida da humanidade, ela resenha os seus conhecimentos, a sua marcha nas ciências, na indústria e na literatura; mostra as suas relações com Deus e com a natureza; e não esquece a moralidade, o que o homem tem de sociável e as leis que o regem formando esses grandes grupos que se chamam nações e que, à semelhança da família vivem da proteção e do socorro mútuo.²⁹

Por meio da narrativa histórica, o cidadão brasileiro teria capacidade de ajudar na construção da história de sua nação como um filho pródigo que mantém viva a memória familiar, perpetuando o que de positivo deveria ser conhecido a seu respeito pelas novas gerações que emergissem no cenário nacional. Para eles, era bem possível aprender com a história e, por isso, não deveriam os rio-grandenses abrir mão de narrá-la no livro da história brasileira.

Porém, na Província de São Pedro a missão de historiar acabou por se revelar mais perigosa que supunha o discurso de Caldre e Fião. A urgência em narrar os feitos “gloriosos” do passado sulino ficaria mesmo restrita ao campo da literatura, com o surgimento do Partenon Literário e associações afins. Após a tentativa do instituto rio-grandense, e até pelo menos o século seguinte, nenhuma outra instituição voltada exclusivamente para a disciplina histórica tentaria tomar o lugar reservado ao IHGB, se aventurando, como fizera o IHGPSP, a contar sua própria versão acerca do passado da Província.

Give to Caesar what belongs to Caesar: disputes within the formation of a historical culture in nineteenth century Brazil

Abstract

This paper provides a historiographical reflection on the conduct of a historical culture in Imperial Brazil. The questions raised here concern particularly disputes over the province of São Pedro do Rio Grande do Sul past's. Between the years 1860 to 1863 its local historical institute (IHGPSP) applied for membership in the brazilian historical institute (IHGB). This episode was controverser and have involved intellectuals assets from the IHGB and the IHGPSP. Focus on these debates could put into light some aspects of the knotty process known as the making of a national culture in nineteenth century Brazil.

Keywords: Historical culture. IHGB. IHGPSP.

Notas

- 1 CALDRE E FLÁO, José Antônio do Valle. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992. p. 48-49. Reedição do original de 1847, publicado pela Tipografia Brasiliense de S. M. Ferreira, de Porto Alegre.
- 2 CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire du Brésil au XIX e siècle*. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Tese (Doutorado em História) - EHESS, Paris, 2002. Tomes I et II, p. 20.
- 3 Em um brilhante trabalho no qual analisa o contexto de formação de uma historiografia literária de cunho nacional no Brasil do século XIX, SÜSSEKIND Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 82, afirma que

os historiadores responsáveis por essa fundação se encontravam diante da dificuldade de remontar com exatidão as possíveis raízes de “descoberta da realidade” brasileira e, assim, acabaram por sugerir a si mesmos ou a sua geração como agentes da retomada ou fundadores da nacionalidade e de uma história da literatura nacional. A autora lembra que entre 1830 e 1840 se deu o ajuntamento da documentação necessária para a exploração de “notícias do Brasil”, por meio de viagens fundadoras, assim como pela elaboração de mapas e de publicação de relatos de viajantes, por meio da construção de uma prosa de ficção no país. Era o começo do trabalho de representação territorial brasileira como um todo singular e unido. As primeiras revistas literárias foram os veículos transmissores da afirmação dessa autonomia nacional e seus narradores passaram a cumprir um papel instrutivo, oferecendo “lições de história” ao público leitor. Somente em meados da segunda metade do século XIX, essa figura inicial do narrador de ficção se converteria em direção às máscaras do historiador e do cronista de costumes.

- 4 GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1997, trata da conjuntura do Rio da Prata no século XIX e das alianças dos rio-grandenses no espaço platino, bem como de sua sobrevivência como província autônoma atrelada ao Império do Brasil.
- 5 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos* - Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988, p. 8, lembra, nesse sentido, a semelhança da proposta do IHGB com modelo francês que a inspirou: “Da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do estado e criando os suportes necessários para a Construção da nação brasileira.”
- 6 Nos arquivos do IHGB, consta uma carta manuscrita datada do dia 14 de dezembro de 1839, em que Coruja, em nome da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, da qual era primei-

ro secretário, felicita Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário do IHGB, pelos progressos alcançados pela associação: “A Sociedade Literária do Rio de Janeiro tem o prazer de felicitar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu progresso e prosperidade, e faz votos para que o mesmo Instituto continue a receber de seus dignos membros a coadjuvação de suas luzes para a utilidade e ilustração da Família Brasileira.”

⁷ De acordo com CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro ; Corag, 2006, p. 144, Coruja iniciou sua obra com a publicação de seu *Compêndio de gramática da língua nacional, dedicado à mocidade rio-grandense*, de 1835. Já no Rio de Janeiro, publicou, entre 1838 e 1856, sete livros, em sua maioria manuais didáticos. Na *Revista do IHGB*, a publicação de Coruja seria bem mais modesta: em 1852, publicou *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, seu trabalho mais famoso, além duas contribuições curtas, *Algumas anotações às memórias históricas do Rio de Janeiro, de monsenhor José de Souza de Azevedo Pizarro e Araújo na parte relativa ao continente do Rio Grande do Sul (1857)* e *Notas à memória do tenente-coronel José dos Santos Viegas (1860)*. No final da vida, cansado de produzir livros didáticos, “o simpático e boêmio Coruja começou a escarafunchar a história de Porto Alegre, sobre que escreveu algumas páginas vivazes, nas quais predomina o espírito de *humour*”. Assim, na década de 1880, Coruja lançou, entre outras obras de crônicas, *Antigalhas, reminiscências de Porto Alegre*.

⁸ KLEIN, Ana Inez. *Fronteiras de cristal: um estudo sobre a história e a memória através das crônicas Antigalhas: reminiscências de Porto Alegre*. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2004, p. 56-57.

⁹ Idem, p. 16-17.

¹⁰ Em 1831, Pereira Coruja se converteu em um dos redatores do jornal maçom *O Compilador*, de Porto Alegre. O jornal, defensor de ideias liberais, existiu entre os anos de 1831 e 1832 e teve como redatores, além de Coruja, Pedro José de Almeida e Padre Francisco das Chagas. Cf. VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977, p. 46.

¹¹ AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 224.

¹² KLEIN, op. cit., p. 47.

¹³ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2004, p. 36.

¹⁴ LAZZARI, Idem, p. 38.

¹⁵ Idem, p. 45.

¹⁶ BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura. Os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 43.

¹⁷ O então senador Cândido Baptista de Oliveira era rio-grandense, apesar de ter passado a maior parte da vida fora da Província de São Pedro. Tendo exercido, ao longo de sua vida, inúmeros cargos públicos, ele pertencia ao Partido Liberal e era um dos nomes mais importantes do cenário político e intelectual nacional. Em 1857, foi um dos nomes biografados por SISSON, S. A. Cândido Batista de Oliveira. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Brasília: Senado Federal, v. I, p. 123-130, 1999 (1857), p. 123-130, na sua galeria dos brasileiros ilustres.

¹⁸ Durante a referida sessão, na qual estava presente o imperador, a ata confirma: “O Sr. Coruja requer que se dê uma solução ao pedido feito pelo Instituto Histórico da Província do Rio Grande do Sul acerca de sua filiação. – Foi à comissão de estatutos” (*Revista do IHGB*, 1860, p. 647).

¹⁹ As 24 notas retificadoras ao trabalho de Viegas oferecidas por Coruja ao IHGB constituem o terceiro e último trabalho que o associado publicaria na *Revista do IHGB* durante os cinquenta anos em que figurou como associado da casa. Tais retificações são, basicamente, correções de datas e anotações complementares às informações fornecidas por Viegas acerca dos governos ocorridos na Província entre os anos de 1737 até o presente. *Revista do IHGB*, 1860, p. 585-602.

²⁰ *Revista do IHGB*, 1860, p. 682-683 - grifos meus.

²¹ O IHGPSP teria chegado a seu fim em 1863. Para LAZZARI, op. cit., p. 61, o final da agremiação tem a ver como a desarticulação, na Província de São Pedro, do Partido Liberal Progressista, de onde saíram as principais lideranças da associação letrada.

²² KLEIN, op. cit., p. 19.

²³ Idem, p. 161.

²⁴ *Revista do IHGPSP*, 1861, p. 24-25.

²⁵ Idem, p. 25 - grifos meus.

²⁶ BOEIRA, op. cit., p. 75-76.

²⁷ LAZZARI, Idem, p. 63, identifica que havia uma ambiguidade no grupo partenonista: a afirmação de uma continuidade ou a ruptura para com o passado provincial, já que muitos associados da casa eram provenientes da geração de literatos anterior e que não separava, como no Partenon, sua ação político-partidária da vida cultural. Entre esses nomes estava Caldre e Fião. A admiração do grupo pela figura do jornalista liberal Felipe Nery, também apontada por Lazzari, é outro indício que revela um paradoxo no grupo entre a adoção de uma postura de ruptura ou a aceitação e reconhecimento de heranças e continuidades em relação ao passado. Em pesquisa recente, SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Partenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 14, identifica uma nítida separação entre política e literatura no Partenon: “Os recursos oriundos de outras esferas eram utilizados para ascender nas letras e os recursos das letras eram utilizados para ascender em outras esferas [...]. O Partenon *Literário*, nesse sentido, se constituía em uma possibilidade de consagração, mas que não era autônoma, não era exclusivamente literária [...]. A compreensão geral desses agentes era a de uma separação clara e intransponível entre as duas áreas, como se, inclusive, o contato fosse pernicioso: a política macularia a pureza da literatura.”

²⁸ TOSCANO, Arthur. Múcio Teixeira e seu tempo. *Revista do IHGRS*, 1928, p. 475-476, relembra que, em fins da década de 1860, o Rio Grande do Sul não possuía ainda um grande livro ou um escritor de grande destaque no cenário nacional: “Tinha, porventura, razão o Barão Homem de Mello, político forrado de historiador provector, se aludia ao valor do livro que esperava, como síntese da nossa intelectualidade; mas se cá tornasse, um decênio mais tarde, veria S. Ex^a que, na profusão da sua obra, variedade de tons e quilate dos seus escritores – o Rio Grande não cederia o passo a nenhuma outra província co-irmã, se exce tuarmos São Paulo e Bahia. Na época a que, de começo, aludi, desabrochou e rapidamente desenvolveu-se e deu frutos, na esfera intelectual, a geração que se tinha começado a formar sob a influência do romancismo e do penacho importado, especialmente da França, está claro.” Toscano se referia ao grupo do Partenon

Literário, que, sob influência de Lamartine e Victor Hugo, se desenvolveria na província, colaborando para a criação de uma literatura rio-grandense e legando ao Rio Grande escritores de renome, como os irmãos Porto Alegre e, principalmente, Múcio Teixeira, que teria, por muito tempo, uma carreira de sucesso e seria, inclusive, protegido do imperador D. Pedro II.

²⁹ *Revista do IHGSP*, 1861, p. 24.

Referências

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura*. Os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CALDRE e FIÃO, José A. Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro ; Corag, 2006.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire du Brésil au XIX e siècle*. Essai sur une réthorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Tese (Doutorado em História) - EHESS, Paris, 2002. Tomes I et II.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Carta de Antônio Álvares Pereira Coruja – 1º secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a Manoel Ferreira Lagos, 2º Secretário do IHGB. Rio de Janeiro, 14/12/1839. Coleção Instituto Histórico. Doc. nº 60, Lata n. 140.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos* - Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KLEIN, Ana Inez. *Fronteiras de cristal: um estudo sobre a história e a memória através das crônicas Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2004.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

REVISTA DO IHGB, tomo XXIII, 1860.

REVISTA DO IHGPSP, 1861.

SISSON, S. A. Cândido Batista de Oliveira. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Brasília: Senado Federal, v. I, p. 123-130, 1999 (1857).

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOSCANO, Arthur. Múcio Teixeira e seu tempo. *Revista do IHGRS*, p. 473-493, 1928.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977.